

A construção da escola para a liberdade na obra de Mayumi Souza Lima: a experiência da Escola Estadual João Kopke

Building the school for freedom in Mayumi Souza Lima work: João Kopke School experience

La construcción de la escuela por la libertad en el trabajo de Mayumi Souza Lima: la experiencia de la Escuela Estatal João Kopke

Tereza Beatriz Ribeiro Herling, doutora pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP). Professora de Projeto e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

E-mail: tereza.herling@mackenzie.br  ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4828-2855>

Para citar este artigo: HERLING, T. B. R. A construção da escola para liberdade na obra de Mayumi Souza Lima: a experiência da Escola Estadual João Kopke. *Cadernos de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 128-142, 2021. DOI 10.5935/cadernospos.v21n2p128-142

Submissão: 2020-09-16

Aceite: 2021-05-21

Resumo

A trajetória profissional da arquiteta Mayumi Watanabe de Souza Lima foi dedicada a revelar e apontar alternativas às relações de poder inerentes à produção e ao uso do espaço escolar, especialmente entre projetos pedagógicos apoiados em práticas autoritárias e disciplinadoras. Das experiências realizadas para transformar essas relações, destaca-se a construção da Escola Estadual João Kopke em 1977, projeto descontinuado pela prática autoritária de sua direção e que seria ressignificado em

2015, durante o movimento de ocupação de escolas pelos estudantes contra seu fechamento pelo governo estadual. Colocadas em diálogo, as experiências indicam caminhos para a transformação da escola pública no período pós-pandemia de Covid-19 com a valorização de seu papel como lugar da educação para a liberdade.

Palavras-chave: Arquitetura escolar; Projetos participativos; Autonomia estudantil.

Abstract

The professional trajectory of the architect Mayumi Watanabe de Souza Lima was dedicated to revealing and pointing out alternatives to the power relations inherent in the production and use of schools, especially among pedagogical projects supported by authoritarian and disciplinary practices. Of the experiments carried out to transform these relationships, the construction of the João Kopke School, in 1977, stands out a project, discontinued by the authoritarian practice of its directors and which would be re-signified in 2015, during the movement of school occupation by students against its closure by the government state. Placed in dialogue, the experiences indicate ways for the transformation of public schools in the post-pandemic period of Covid-19 with the enhancement of its role as a place of education for freedom.

Keywords: School architecture; Participatory projects; Student's autonomy.

Resumen

La trayectoria profesional de la arquitecta Mayumi Watanabe de Souza Lima se dedicó a revelar y señalar alternativas a las relaciones de poder inherentes a la producción y uso del espacio escolar, especialmente entre proyectos pedagógicos sustentados en prácticas autoritarias y disciplinarias. De los experimentos llevados a cabo para transformar estas relaciones, destaca la construcción de la Escuela João Kopke, en 1977, un proyecto descontinuado por la práctica autoritaria de su gestión y que sería resignificado en 2015, durante el movimiento de ocupación escolar por parte de los estudiantes contra su cierre por parte del gobierno de estado. Situadas en diálogo, las experiencias señalan caminos para la transformación de las escuelas públicas en el período pospandémico de Covid-19 con la potenciación de su papel como lugar de educación para la libertad.

Palabras clave: Arquitectura escolar; Proyectos participativos; Autonomía del estudiante.

INTRODUÇÃO

Os portões da Escola Estadual João Kopke estão fechados desde março de 2020 (Figura 1), quando a pandemia da Covid-19 colocou o mundo em alerta e as atividades humanas em suspensão. Um cenário de profundas rupturas e transformações se conforma a partir do agravamento da já deflagrada crise econômica e financeira mundial, do acirramento da crise ambiental global e do esgarçamento de pactos democráticos em diversas partes do planeta. Um cenário que nos convoca a refletir e imaginar futuros possíveis para nossas crianças e jovens, a partir de um de seus territórios primordiais de descoberta e construção do mundo que é a escola.



Figura 1: Portão de entrada da Escola Estadual João Kopke. Fonte: Google Street View, 2020.

Os portões da João Kopke permanecem fechados em setembro de 2020. No entanto, seu corpo, rendado por barras de ferro fundido sinuosas e leves, abre-se ao olhar de quem passa pela rua. Nosso olhar atravessa suas frestas, em busca de pistas sobre como retornar à vida cotidiana e à escola.

Caminhamos por seus jardins e já estamos em 16 de novembro de 2015, observando a movimentação frenética de jovens em luta pela reconquista dessa escola como território da produção coletiva de conhecimento emancipatório. Ocupam todas as frestas da escola para evitar seu fechamento, proposto pelo governo do Estado no bojo do chamado processo de reorganização escolar. De posse de um molho de chaves, alunas e alunos vão reabrindo todos os ambientes proibidos, até chegarem a um antigo depósito abandonado com carteiras e mesas velhas.

Ao abrirem esse depósito, saltam para o ano de 1978 e se deparam com uma jovem senhora japonesa desenhando ao lado de um aquário habitado por um bernardo-eremita. Ela lhes mostra seus desenhos, pensados com os alunos para

transformar aquele depósito de carteiras velhas em espaço de educação para a liberdade. Ela se chama Mayumi Watanabe de Souza Lima, e este texto foi escrito para trazê-la ao encontro desses jovens que, mais de 30 anos depois, iriam resgatar o espírito de suas intervenções naquele espaço abandonado.

Mayumi Souza Lima (1934-1994) pensou arquitetura e educação como áreas indissociáveis da construção de espaços para a liberdade. Interessava-lhe revelar as relações de poder em todas as etapas de construção do espaço da educação – tanto entre processos de decisão realizados pelo planejamento centralizado e suas disparidades com as demandas locais, quanto entre os processos de decisão realizados pelo projeto de arquitetura e o trabalho alienado do canteiro de obras, e, especialmente, entre a transmissão vertical de conhecimento padronizado entre professores e o disciplinamento de corpos dos alunos em sala de aula.

Em sua trajetória, buscou ir além da crítica, abrindo brechas nas instituições por onde passou para a construção de alternativas, em contextos políticos adversos a experimentações libertárias. As alternativas que construiu são valiosas por sua dupla potência – de reação a processos padronizadores de produção e uso do espaço e de criação de alternativas com a participação de trabalhadores, de alunos e de toda a comunidade escolar. Aversa à idealização do gênio criativo do arquiteto individual, sua prática profissional visava sempre à construção compartilhada do conhecimento em todos os níveis.

Sua atuação contra-hegemônica talvez explique a incipiente produção acadêmica sobre sua obra. Contudo, a reação criativa de jovens durante as ocupações de escolas em 2015 trouxe atualidade às suas proposições.

Ao colocar essas vozes em diálogo, no campo das transformações da Escola Estadual João Kopke, este artigo busca revelar a atualidade das contribuições de Mayumi para a construção coletiva do espaço da educação emancipatória e apontar caminhos de reinvenção da escola como um projeto civilizatório contra a barbárie, de novos modos de conviver em um território de futuros possíveis no período pós-pandemia.

Mayumi Souza Lima e a construção da escola para a liberdade

Mayumi W. Souza Lima foi arquiteta e ativista política de caráter republicano, democrático e inovador para seu contexto histórico. Esteve profundamente comprometida com a transformação da sociedade brasileira, por meio do exercício profissional em instituições públicas ligadas ao planejamento urbano e à produção de equipamentos públicos e espaços educativos, por meio de sua militância política em prol da redução de desigualdades e por meio da prática docente, sempre generosa e instigante.

Sua atuação em todas essas frentes a fez reconhecida por seus pares como uma profissional versátil – “uma árvore de mil galhos a abrigar tantos e tantas”, no dizer de seu amigo Flávio Império. Contudo, essa atuação recebeu até o momento poucas análises e registros, dos quais merece destaque a dissertação de mestrado

de Cássia Schroeder Buittoni (2009), intitulada *Mayumi Watanabe Souza Lima: a construção do espaço para a educação*. A dissertação merece destaque por seu inestimável esforço de sistematização da trajetória profissional e política de Mayumi, a partir da digitalização de seu acervo técnico, atualmente abrigado na Fundação Perseu Abramo. Mayumi escreveu dois livros curtos, com registros de suas pesquisas e experiências sobre espaços educacionais para crianças e jovens – *A cidade e a criança* (LIMA, 1989) e *Espaços educativos* (LIMA, 1988a). Após a morte de Mayumi, seu marido Sergio Souza Lima organizou uma compilação dos principais textos da arquiteta no livro *Arquitetura e educação* (LIMA, 1995).

Anos de formação: construção da democracia como um valor ético e estético

Mayumi nasceu em Tóquio, em 1934. Quatro anos mais tarde, seus pais – militantes marxistas antimilitaristas – viriam para o Brasil, autoexilados de um Japão cada vez mais comprometido com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Seus pais associavam a expansão do capitalismo ao abandono dos valores éticos próprios da cultura japonesa. Segundo Lima (1995, p. 13), “Em um certo sentido, o significado radical do marxismo revolucionário no Japão representou um esforço para reintegrar valores mais tradicionais, como o coletivismo e formas cooperativas de produção, ameaçadas pelo mercado desordenado dos anos vinte e trinta”.

Acreditamos que sua formação política não só se mesclou à busca constante de atualização desses valores tradicionais, mas também às memórias de sua infância,¹ já nas áreas rurais do interior do estado de São Paulo, onde percorria cerca de quatro quilômetros diários para chegar à escola. Corpo, memória e princípios ético-políticos estiveram sempre presentes na formulação de seus projetos para espaços educacionais.

Em 1954, formou-se arquiteta pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP) e em 1957 casou-se com o arquiteto Sergio Souza Lima, seu companheiro de vida toda. Discípulos do engenheiro-arquiteto João Batista Vilanova Artigas, militaram numa dissidência do Partido Comunista com os arquitetos Rodrigo Lefèvre, Sérgio Ferro e Flávio Império, que mais tarde iriam compor o grupo Arquitetura Nova. Juntos, analisavam criticamente a função social do arquiteto e do papel do desenho como instrumento de cisão entre o saber e o fazer, e, portanto, de alienação dos trabalhadores do produto de seu trabalho.

No início da década de 1960, Mayumi muda-se para uma recém-inaugurada Brasília, onde leciona como assistente do arquiteto João Filgueiras Lima – o Lelé – na Universidade de Brasília (UnB). Muitas das aulas do curso de Arquitetura eram dadas no Centro de Planejamento da UnB (Ceplan), onde eram elaborados e executados os projetos de construção da própria universidade. A experiência acadêmica na UnB foi fundante na formulação de práticas pedagógicas posteriores, nos cursos experimentais das faculdades de Arquitetura e Urbanismo

¹ Depoimentos à autora, durante o período em que trabalhamos juntas de 1984 a 1992.

de Santos (1970-1971) e de São José dos Campos (1972-1974),² bem como no Departamento de Arquitetura da Escola de Engenharia de São Carlos (1987-1993).

Construção da escola democrática

Mayumi desenvolveu um conjunto vasto de trabalhos e documentos acerca do planejamento da rede escolar para instituições dos três níveis de governo: federal (Ministério da Educação e Cultura – MEC), estadual (Fundação Estadual de Construções Escolares – Fece, Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo – Conesp e Secretaria do Estado da Educação – SEE) e municipal (Departamento de Edificações – Edif e Empresa de Urbanização de São Paulo – Emurb). Sua trajetória foi sempre pautada por uma visão crítica das formas centralizadas de planejamento e massivas de produção de escolas, que reduziam as especificações técnicas dos ambientes escolares populares, fazendo emergir uma “escola de segunda classe”. Associadas às práticas pedagógicas tecnicistas e produtivistas, as escolas se tornariam cada vez mais suporte para a organização vertical dos espaços, para o exercício da disciplina e do poder – do professor, da direção, da política educacional – sobre os estudantes.

Mayumi foi superintendente de planejamento na Conesp em duas ocasiões. A primeira, ainda durante o período da ditadura militar, entre 1974 e 1977, abriu brecha no ritmo acelerado de produção de mais de duas mil salas de aula por ano para experimentar uma nova forma de projeto com a participação dos estudantes para a construção da nova sede da Escola Estadual João Kopke.

A segunda, entre 1983 e 1984, ocorreu no período de abertura democrática, no governo de Franco Montoro (1983-1987), que instaurou um novo período na gestão pública com a defesa da democratização da administração, participação da população e descentralização dos processos decisórios. Na Conesp, Mayumi propõe medidas para democratizar o planejamento da rede escolar por meio da participação das comunidades escolares e do controle democrático das decisões de planejamento. A resistência à descentralização das decisões veio tanto de setores superiores quanto de parte do corpo técnico da Conesp (LIMA, 1988b) inviabilizando esse projeto. Ainda assim, abrindo brechas e ocupando espaços, Mayumi realizou duas novas experiências inovadoras – a construção das escolas estaduais do Jardim Fortaleza (Guarulhos) e do Jardim Varginha (extremo sul de São Paulo) com participação da comunidade escolar. A parceria entre poder público e comunidade delegou à Conesp a responsabilidade pelo fornecimento dos projetos, dos materiais de construção e da assessoria técnica para obra e pelo pagamento da mão de obra. A Sociedade Amigos de Bairro ficou responsável por selecionar e contratar os trabalhadores, divulgar o processo junto à comunidade e administrar a obra. Os trabalhadores formaram cooperativas como estímulo à sua organização autônoma, além de serem incentivados a participar ativamente das decisões de canteiro. Mayumi reafirmava assim seu alinhamento com as propostas do grupo Arquitetura Nova, em especial com o tratamento do canteiro

² Conforme “O surgimento das novas escolas” no Encontro Nacional sobre Ensino de Arquitetura, 1976, reproduzido em Lima (1995).

como espaço de formação dos cidadãos e de transformação das relações de produção na obra (LEFÈVRE, 1981).

Essa experiência seria radicalizada durante a implantação do Centro de Desenvolvimento de Equipamentos Comunitários (Cedec), a partir de 1990. Em um contexto político favorável – redemocratização do país, promulgação da Constituição Federal em 1988, fortalecimento das organizações e movimentos sociais –, Luiza Erundina foi eleita prefeita de São Paulo, inaugurando um conjunto de experiências inovadoras em várias áreas, como os mutirões autogeridos na habitação. O secretário municipal de Educação Paulo Freire (1989) convoca toda a comunidade escolar a participar da construção coletiva do saber. Alinhada com o secretário, Mayumi reafirma suas propostas de construção do espaço escolar como o espaço democrático e coletivo de construção do conhecimento.

O Cedec era constituído por uma equipe de projetos e uma fábrica de elementos construtivos em argamassa armada para a produção de equipamentos sociais, obras de infraestrutura e mobiliário urbano. A equipe do Cedec investiu na formação técnica dos trabalhadores, especialmente para fomentar sua organização autônoma e consciente. Os projetos eram elaborados com a participação da comunidade, que também participava da montagem das escolas, por meio de cooperativas de mão de obra contratadas pela prefeitura. Essa experiência – que demandaria tempo maior de maturação para a comprovação de seus benefícios sociais e econômicos na produção seriada e flexível de equipamentos sociais – foi interrompida pela gestão seguinte, ideologicamente avessa a processos participativos emancipatórios tão radicais como esse.

A (re)construção da Escola Estadual João Kopke

A Escola Estadual João Kopke foi fundada em 1900 com o nome de Grupo Escolar da Alameda Triunfo. Em 1926 teve seu nome alterado para Grupo Escolar João Kopke e em 1930 mudou-se para um antigo casarão situado na Alameda Cleveland, 331, em Campos Elíseos.

Construído por volta de 1890, o casarão abrigou durante muito tempo apenas uma família da aristocracia do café e seus empregados. As constantes adaptações arquitetônicas para ajustar o casarão ao funcionamento da escola foram insuficientes para proporcionar condições sanitárias adequadas aos seus alunos, que somavam 1.300 em 1976. No ano seguinte, a Conesp decidiu substituir o casarão por um prédio novo no mesmo terreno, uma vez que não havia terrenos próximos para desapropriação. Foi proposta então a construção de uma nova escola ao lado do casarão, como forma de mantê-lo em funcionamento durante a obra. Com a conclusão do novo prédio, o casarão daria lugar à quadra esportiva e às demais áreas livres.

Mayumi aproveitou essa oportunidade para experimentar o processo de transformação dos espaços escolares com os estudantes. Ainda que não pudessem interferir no projeto da nova escola (em função do prazo exíguo de 12 meses para a conclusão da obra), os estudantes viveriam esse processo de transformação dos espaços intensamente e, ao final, projetariam e ocupariam um espaço especialmente dedicado a eles.

Uma equipe especial foi constituída para a realização dessa experiência, composta por uma série de atividades lúdicas com um grupo de alunos formado pelos representantes de todas as turmas. Para Mayumi, essas experiências:

[...] procuraram iniciar um trabalho constante junto às crianças para se captar a percepção que elas têm do espaço que ocupam e vivem e para saber como se daria a apropriação desse espaço pelas próprias crianças, caso tal apropriação lhes fosse permitida. Uma outra questão se colocava: como a criança manipula os elementos construtivos do espaço como instrumento de aprendizado (LIMA, 1979, p. 75).

As atividades – realizadas quinzenalmente durante um ano – incluíam brincadeiras sobre o movimento do corpo no espaço, pela imitação dos passos de uma baronesa em seu casarão ou de uma gueixa em seu quimono. Ou ainda sobre os movimentos necessários à sobrevivência dos bernardos-eremitas, moluscos marítimos que costumam se esconder de seus predadores em conchas, mudando-se para conchas cada vez maiores à medida em que vão crescendo.



Figuras 2 e 3: Atividades lúdicas realizadas com as crianças pela equipe Conesp, com Mayumi à frente na Figura 2. Fonte: Irineu Yoshihara, 1979.

Conforme Mayumi:

Havia na proposta a ideia de que construção e destruição são faces indissolúveis de uma mesma realidade que se transforma. Propunha-se ao grupo que todos participassem desse processo, conquistando cada novo espaço, sabendo o que se destruíra, o que se conservaria e principalmente como se apropriaria, através do uso, do estabelecimento de novas relações entre pessoas – alunos, professores e funcionários. O projeto terminaria, portanto, numa grande festa de destruição simbólica do velho prédio, por todos os usuários da escola que assistiram logo depois à derrubada final de suas paredes, dando lugar à construção da área de lazer e da quadra de esportes (LIMA, 1979, p. 76).

Uma maquete da nova escola foi instalada no saguão de entrada, junto a um painel com fotos da obra e ao aquário marinho com os bernardos-eremitas, para que as crianças e os jovens acompanhassem suas transformações. Uma urna recebia sugestões que poderiam ser anônimas ou não. Nos primeiros meses, os bilhetes depositados expressavam insatisfações, desconfianças e até xingamentos que, aos poucos, deram lugar a expressões mais positivas e mesmo pedidos de ajuda.

A equipe responsável pelas atividades realizou passeios com os alunos para reconhecimento do território do entorno da escola e de suas casas. Foram distribuídas máquinas fotográficas para registro e posterior indicação desses locais em uma foto aérea impressa.

Ao reconhecer as precárias condições de moradia das crianças, em geral cortiços e apartamentos pequenos, a equipe propôs a construção de um espaço exclusivamente destinado a elas na escola, para atividades de estudos complementares e lazer. Inicialmente os alunos propuseram uma piscina e uma discoteca, mas viram que não seria possível e decidiram então por um grêmio, com espaço para mesa de jogos e pequena arena para apresentações artísticas. A construção desse novo espaço utilizou elementos do casarão antigo, escolhidos pelos alunos como simbólicos de sua história: colunas de ferro fundido, um domo de cristal, um lustre de bronze e peças de cerâmica do piso original.



Figuras 4 e 5: Elementos do casarão reaproveitados para a construção do grêmio. Fonte: Irineu Yoshihara, 1979.

Cada representante de turma recebeu uma chave desse espaço para que, juntos, administrassem seu uso. No entanto, após a saída da equipe da Conesp, o grêmio foi tomado dos alunos pela diretoria da escola e transformado em depósito. Foram instaladas grades no pátio. Em 2015 essas chaves seriam recuperadas pelos estudantes, ainda que temporariamente, num processo inusitado de ocupação em defesa da escola e de ressignificação de seus espaços, reverberando as propostas de Mayumi de maneira igualmente combativa e lúdica.



Figuras 6 e 7: Festa de inauguração do grêmio. Fonte: Irineu Yoshihara, 1979.

A (re)ocupação da Escola Estadual João Kopke pelos estudantes em 2015

Em 23 de setembro de 2015, o governador de São Paulo anunciou na imprensa um plano para redistribuir os alunos das escolas estaduais em três grupos distintos de escolas, cada um deles relacionado com um dos três ciclos de ensino. Com o intuito de racionalizar o uso das instalações escolares, essa redistribuição, chamada pelo governo de Plano de Reorganização Escolar, levaria ao fechamento de 94 escolas e à realocação de mais de 300 mil estudantes.

Os estudantes rapidamente compreenderam que essa proposta afetaria de várias formas a qualidade já precária da educação oferecida, por meio da superlotação de salas de aula, do aumento da distância entre casa e escola, trajeto realizado por um transporte público já deficitário, da redução de oportunidades (por fechamento de cursos noturnos) para estudantes que trabalham e até mesmo do fechamento de salas de educação de jovens e adultos.

Contrários à proposta, os estudantes iniciaram uma série de tratativas para negociar com o governo estadual – desde propostas de reuniões até manifestações de rua –, todas sem sucesso. Em meados de novembro, os estudantes realizaram, então, uma virada tática de mobilização e passaram a ocupar as escolas para impedir seu fechamento. Em menos de um mês, mais de 200 escolas foram ocupadas. A proposta conquistou grande parte da opinião pública, por seu ineditismo e pela coragem de estudantes em enfrentar a força policial e a arbitrariedade de diretores. O conteúdo simbólico dessa luta – estudantes enfrentando a força em defesa do conhecimento – ganhou imagens que se espalharam pela mídia, ampliando seu apoio por diferentes setores da sociedade.

Estudantes autônomos, orientados por princípios de horizontalidade, democracia direta e apartidarismo, constituíram “um movimento estudantil de novo tipo, não burocrático e com novas táticas, voltado à ação direta de resistência às reformas educacionais gerenciais de caráter autoritário, tecnocrático e/ou reacionário” (XIMENES, 2019, p. 53).

O movimento ganhou força e conquistou, em 4 de dezembro de 2015, não só a demissão do secretário estadual de Educação, mas também o anúncio da suspensão do projeto pelo governador. Documentários registraram “a quente” o calor dos acontecimentos. Estudos acadêmicos e registros artísticos têm jogado luz ao debate. É nesse conjunto de informações e análises que buscamos o registro do aspecto das ocupações que dialoga com as proposições de Mayumi Souza Lima – a transformação do espaço pelos próprios estudantes como forma de produção de conhecimento de si e do mundo.

O avanço do neoliberalismo e a consequente retirada de investimentos públicos na educação correspondem ao período da educação denominado por Saviani (2010) de neotecnicista e neoprodutivista, resultantes dos efeitos da globalização do capital nos arranjos produtivos locais. Exacerbam-se os processos de empobrecimento e padronização dos currículos das escolas públicas em âmbito nacional, desconsiderando as especificidades locais, o apostilamento do ensino, as avaliações externas em larga escala.

Os estudantes ocuparam a Escola Estadual João Kopke em 16 de novembro de 2015 e se apropriaram de todos aqueles ambientes de acesso controlado (e raramente permitido) pelos adultos – cozinha, biblioteca, sala de informática, o antigo grêmio e até a cobertura. Traçaram planos, arrecadaram mantimentos, cozinham, distribuíram informações, conhecimento, poesia. E convidaram famílias, professores, filósofos e artistas a conhecer esse processo. Um desses artistas foi Fernando Sato, que registrou um testemunho vibrante desse processo, transcrito a seguir:

Na escola João Kopke, participei da entrega das chaves. Vi a biblioteca antes e depois. Antes eram caixas fechadas, livros jogados pelos cantos, carteiras e mesas amontoadas. Eles arrumaram gôndolas, deixaram tudo separado, criaram uma área de leitura que antes não existia. Dava para ver uma diferença entre a forma como eles montaram o espaço e a forma como ele normalmente é montado. Eles organizaram o espaço para qualquer um usar, não para uma pessoa especialista ter controle dele.

[...] alguns alunos me perguntaram “quer ir a um lugar muito legal?” e pegaram as chaves e me levaram ao teto da escola, que fica no bairro da Luz, na “Cracolândia”. Foi um momento de silêncio, de contemplação, no meio de uma região complicada, que vive em litígio. “Olha, ali fica tal coisa!”, “ali fica outra”, foi muito bonito como, lá do alto, eles foram mostrando o bairro. A escola era um castelo e eles estavam na torre. Aquele espaço, que antes não era deles, nas ocupações passou a ser (GRUPO CONTRAFILÉ, 2016, p. 105).

Protagonismo e autonomia estudantil na construção do espaço da educação

Após entregar as chaves do grêmio aos estudantes da João Kopke, Mayumi voltou à escola em duas ocasiões, nas quais pôde verificar que o grêmio

permanecia fechado, pela ação ilegítima e autoritária de sua direção. Registrou e avaliou essa experiência em artigos e livros já citados e continuou abrindo brechas através de novas experiências. Não poderia imaginar que, 38 anos depois, os estudantes da João Kopke retomariam essas chaves confiscadas, para evidenciar e radicalizar algumas de suas propostas. Como uma ideia potente à espera de realização, sua experiência sobre a apropriação do espaço escolar pelos estudantes viria a ser atualizada pelos próprios estudantes, que reivindicavam o protagonismo de suas transformações.

Mayumi partia da crítica sobre como os adultos domesticam o potencial libertário de corpos autônomos:

A organização e a distribuição dos espaços, a limitação dos movimentos, a nebulosidade das informações visuais e até mesmo a falta de conforto ambiental estavam e estão voltadas para a produção de adultos domesticados, obedientes e disciplinados – se possível limpos – destituídos de vontade própria e temerosos de indagações.

[...] Porque os grupos que detêm o poder na sociedade sabem da potencialidade do ato autônomo e criativo na apropriação do espaço ambiente, reprimem-se as iniciativas; os espaços por eles definidos se voltam para a criação da ilusão de sua superioridade; são programados para facilitar o controle e a repressão; e aumentam a dependência e a submissão dos dominados (LIMA, 1989, p. 10).

Em 1977, durante o processo de construção do novo prédio da Escola Estadual João Kopke, as experiências de reconhecimento e transformação dos espaços foram provocadas por uma ação inovadora, externa ao movimento dos estudantes. O espaço normatizado pelos professores estava tão assimilado pelos alunos que foi necessário que a equipe da Conesp cobrisse as mesas e cadeiras para que as crianças e os jovens pudessem se soltar e entrar na brincadeira sobre os diferentes movimentos do corpo.

Durante a ocupação da escola em 2015, essas carteiras foram descobertas. Assumiram outros significados e funções: tornaram-se escudos, vestiram corpos que se arriscavam para fora da sala de aula, pelas ruas da cidade. Sinalizaram fronteiras nos chamados tranços de ruas. Ganharam asas para que pudessem se tornar ideia-força desenhada com alto poder de comunicação.



Figuras 8 e 9: Diferentes apropriações da carteira escolar. Fonte: Jornalistas Livres, Grupo Bijari, 2015.

Ao final de sua construção, as chaves do grêmio da João Kopke foram confiscadas pela direção, e o espaço transformou-se em depósito de carteiras. Em registro sobre essa experiência, Mayumi afirmaria:

Repetindo Mendel, diríamos que a diferença real que existe entre o adulto e a criança está na desigualdade da força entre ambos, material ou financeira. Esta diferença faz com que, desde a primeira infância, a criança vá sendo subjugada por diferentes formas de autoridade que a impede, principalmente na fase escolar, de manifestar-se livremente ou de conceber outros padrões que não sejam aqueles adotados pelos adultos. Mas se esta situação ocorre, as experiências sugerem, também, que as crianças mostram uma capacidade maior para responder positivamente aos estímulos novos, transformando os espaços através de um uso que lhes é próprio, desde que se assegurem condições para sua participação (LIMA, 1979. p. 80).

Se a condição de participação foi subtraída logo após a saída de cena da equipe da Conesp, a eclosão autônoma do movimento estudantil em 2015 recriaria as condições para transformar aquelas ocupações em verdadeira apropriação dos espaços escolares para a construção compartilhada de conhecimento – de si e do mundo. Os alunos ocuparam todos os espaços, reabrindo o grêmio e liberando as carteiras para novas apropriações.

Mais um depoimento do grupo Contrafilé (2016, p. 100) registra esse movimento:

Os alunos limpando (a escola), pintando a parede (da escola), cozinhando (na escola) comidas frescas (tudo porque querem, porque acreditam que isso é importante como gesto) são atos extremamente políticos em uma escola

pública no Estado de São Paulo, nos dias de hoje, porque agir dessa forma, em sua simplicidade formal, não é coisa banal. Não é banal cuidar da escola com carinho. Não é banal o sentimento de amor pelo território que nos constitui e atravessa, pelas pessoas que não conhecemos, pelos espaços por onde passamos, mesmo por aqueles que conhecemos.

As experiências realizadas por Mayumi e pelos estudantes em 2015, se colocadas em diálogo, revelam potência de transformação. Apontam saídas para uma escola mais aberta, com usos livres de suas dependências pelos alunos e pelas alunas, com uma programação e um projeto pedagógico afeitos às suas necessidades de crescimento, autonomia e emancipação.

Os portões da Escola Estadual João Kopke devem ser reabertos em breve, para que os estudantes se aproximem com cuidado e encontrem o necessário acolhimento de sua comunidade escolar, após o traumático período de isolamento e privações decorrentes da pandemia de Covid-19. Haverá muito a ser reconstruído. Construção e destruição como faces indissociáveis de um mesmo processo de transformação... como nos mostrou Mayumi Souza Lima.

REFERÊNCIAS

- BUITONI, C. S. *Mayumi Watanabe Souza Lima: a construção do espaço para a educação*. 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- FREIRE, P. Aos que fazem educação conosco em São Paulo. *Diário Oficial do Município*, São Paulo, edição especial, 1º fev. 1989.
- GRUPO CONTRAFILÉ. *A batalha do vivo*. Caderno publicado por ocasião da exposição *Playgrounds 2016*, realizada no Museu de Arte de São Paulo (Masp) e Sesc Interlagos. São Paulo, 2016. Disponível em: https://issuu.com/grupocontrafile/docs/a_batalha_do_vivo. Acesso em: 13 set. 2020.
- LEFÈVRE, R. B. *Projeto de um acampamento de obra: uma utopia*. 1981. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.
- LIMA, M. W. S. A criança e a percepção do espaço. *Cadernos de Pesquisa*, n. 31, p. 73-80, dez. 1979.
- LIMA, M. W. S. *Espaços educativos: uso e construção*. Brasília: MEC, CEDATE, 1988a.

LIMA, M. W. S. Estado e movimentos populares na construção do prédio escolar: confronto ou colaboração. Texto apresentado para exame geral de qualificação/doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1988b.

LIMA, M. W. S. *A cidade e a criança*. São Paulo: Nobel, 1989.

LIMA, M. W. S. *Arquitetura e educação*. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2010.

XIMENES, S. B. Contra quem os estudantes lutam? As ocupações secundaristas no epicentro das disputas sobre a escola pública. In: MEDEIROS, J.; JANUÁRIO, A.; MELO, R. (org.). *Ocupar e resistir*. Movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016). São Paulo: Editora 34, 2019.